

# pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.

## Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados



**Plano de Intervenção  
Imediata**  
Diagnóstico e Intervenção

**SCORE**  
Serviços Comuns e  
Reengenharia de Processos

# Receba as Prestações Sociais Transferência Bancária



Se recebe prestações sociais de  
Abono de Família  
Subsídio de Desemprego  
Subsídio de Maternidade/Paternidade  
ou é Pensionista

**Adira já**, ao pagamento por transferência bancária.

Para aderir basta:

- 1 – Preencher o formulário (disponível para download em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)).
- 2 – Anexar um comprovativo do seu Número de Identificação Bancária (NIB):
  - Talão com NIB emitido pelas Caixas Multibanco;
  - ou
  - Fotocópia da primeira folha de identificação da Caderneta Bancária;
  - ou
  - Fotocópia de um cheque em branco com o NIB.
- 3 – Devolver o formulário devidamente preenchido e o comprovativo do NIB:
  - pelo correio para o Centro Distrital de Segurança Social onde se encontra inscrito;
  - ou
  - entregue directamente num dos Serviços de Atendimento ao público do Centro Distrital de Segurança Social onde se encontra inscrito.

A Segurança Social garante um pagamento

**Mais RÁPIDO**, sem atrasos  
**Mais SEGURO**, sem extravios  
**Mais CÓMODO**, sem deslocações

# Editorial

## Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo do  
Instituto da Segurança Social, I.P.

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados assume hoje em Portugal um papel estratégico na modernização do Serviço Nacional de Saúde e do Sistema Público de Segurança Social, entrecruzando cuidados de saúde e de apoio social que efectivamente contribuam para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos que, independentemente da sua idade, se encontrem em situação de dependência. O artigo de enquadramento que se apresenta procura caracterizar esta nova resposta social, os resultados das experiências-piloto desenvolvidas, sendo complementado com experiências concretas no espaço "Reportagem". Trata-se efectivamente de um tema ao qual a Pretextos não poderia deixar de dar especial enfoque num dos seus números.

As crianças e jovens têm sido, desde sempre, um tema recorrente da Pretextos. Neste número damos relevância ao Plano de Intervenção Imediata, abreviadamente designado por PII, que tendo sido criado com o objectivo de ser um instrumento de diagnóstico que permitiria conhecer o perfil e evolução do projecto de vida das crianças e jovens em acolhimento institucional, é actualmente também, um instrumento de intervenção cujo fim último é um cada vez maior número de regressos destas crianças e jovens ao meio natural de vida, de forma célere e, simultaneamente, sustentada.

Embora o público leitor da Revista Pretextos seja muito mais vasto que o universo do ISS, organismo responsável pela edição da Pretextos, apresentamos neste número dois artigos que, embora centrados na experiência concreta do ISS podem, dada a pertinência e actualidade dos temas, revestir-se de interesse para outras áreas. Trata-se da abordagem ao tema reengenharia de processos e criação de serviços

comuns (SCORE) no ISS, que se traduz num novo modelo organizacional assente na simplificação dos procedimentos e em modelos de gestão mais eficientes e eficazes. Este novo modelo pretende, assim, melhorar a qualidade dos serviços prestados aos beneficiários da Segurança Social, aumentar a eficiência dos recursos disponíveis e alinhar a estratégia do ISS com a modernização da Administração Pública consagrada no Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

O artigo que caracteriza sumariamente a reestruturação do ISS, efectuada com base nos princípios definidos no PRACE, refere como traço inovador o modelo relativo ao papel dos serviços comuns no Instituto bem como o reforço das funções de homogeneização dos serviços centrais de natureza operacional na sua intervenção.

No âmbito das notícias gostaríamos de destacar o tema da qualidade na perspectiva da melhoria dos serviços prestados, transversal nas abordagens efectuadas no âmbito do Programa da Cooperação para o Desenvolvimento da Qualificação das Respostas Sociais, na Gestão da Qualidade nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e na Formação em Qualidade dos Gestores da Economia Social.

A merecer ainda destaque neste Editorial a notícia sobre o Gestor de Contribuintes, nova figura que se baseia na gestão personalizada dos contribuintes da Segurança Social e procura garantir um apoio adequado e célere aos contribuintes devedores mas, também, contribuir para a prevenção do incumprimento contributivo através de um acompanhamento próximo do cidadão. □



# Ficha Técnica

## Propriedade

Instituto da Segurança Social, I.P.

## Director

Edmundo Martinho

## Coordenação

Ana Paula Martins

Maria João Quedas

## Supervisão Técnica

Dina Moura

Vasco Barata

## Conselho Editorial

Ana Gomes, Ana Maria Lage, Ana Paula Martins, Conceição Ferraz, Cristina Figueiro, Filipa Carvalho, Filomena Gonçalo, Gabriela Dantas, Isabel Cambão, Joana Valleria, Manuel Brites Moita, Manuel Carvalho, Maria Clara Guterres, Maria Elisa Borges, Maria João Quedas, Maria José Maia, Maria da Luz Claro, Mariana Pereira, Mónica Baptista, Teresa Agostinho, Salomé Ferreira, Sónia Araujo.

## Colaboraram nesta edição

Ana Cardo, Ana Paula Alves, Alda Gonçalves, Alexandra Amorim, Cecília Cavalheiro, Equipa do SCORE/ POAP, Jorge Pedro Jesus, Liliana Monteiro, Maria do Céu Costa, Núcleo de Apoio Técnico ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, Rui Fiolhais, Rui Santos, Sandra Alves, Sandra Gomes, Sofia Borges Pereira, Vasco Oliveira.

## Redacção e Assinatura

Rua Castilho nº 5 • 1250-066 Lisboa

Tel.: 21 318 49 00 • Fax.: 21 318 49 55

E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

## Data de Publicação

Setembro 2007

## Periodicidade

Trimestral

## Design e paginação

Aba Design, Comunicação e Equipamento, Lda.

## Impressão

SOGAPAL

## Tiragem

20 000 exemplares

## Distribuição

Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

Revista disponível em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.  
É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

# Sumário

Editorial \_\_\_\_\_ **1**

Rede Nacional de Cuidados  
Continuados Integrados \_\_\_\_\_ **3**

Reestruturação do ISS, I.P. \_\_\_\_\_ **6**

Planos de Intervenção Imediata  
Diagnóstico e Intervenção \_\_\_\_\_ **8**

SCORE \_\_\_\_\_ **10**

Reportagem RNCCI  
Em prol da qualidade de vida  
da população \_\_\_\_\_ **12**

Curso de Gestor/a na  
Qualidade da Economia Social \_\_\_\_\_ **17**

Um Aniversário diferente ao serviço  
de quem mais precisa \_\_\_\_\_ **18**

Presidência da UE em Lisboa \_\_\_\_\_ **20**

Notícias \_\_\_\_\_ **22**

Ecos \_\_\_\_\_ **28**

Sites: Solidariedade entre gerações \_\_\_\_\_ **30**

Bibliografias Temáticas \_\_\_\_\_ **31**



# Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

## **Avaliação das Experiências Piloto<sup>1</sup> e o seu desenvolvimento em 2007<sup>2</sup>**

O novo modelo de cuidados continuados integrados em Portugal Continental, operacionalizado através da RNCCI, preenche um espaço fundamental para o fortalecimento das políticas sociais e públicas do país e enquadra-se no âmbito das tendências seguidas no contexto internacional, designadamente de criação de sistemas e redes de cuidados de saúde e de apoio social, na sua maioria, com cobertura pública e universal, para contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que, independentemente da sua idade, se encontram em situação de dependência e das suas famílias e/ou cuidadores.

A implementação da RNCCI assume um papel estratégico na modernização do Serviço Nacional de Saúde e do Sistema Público de Segurança Social, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável, através do fomento da diversidade de

tipologias de cuidados de saúde e de apoio social; do modelo de cuidados integral com uma perspectiva pluri-dimensional que favoreça respostas às necessidades psicológicas e sociais; do trabalho em equipa e multidisciplinaridade.

## **Estrutura e Recursos<sup>3</sup>**

A RNCCI constituída por um conjunto de respostas com tipologia diferente, ainda que complementar, nomeadamente por Unidades de Internamento (Unidades de Convalescença, de Média Duração e Reabilitação - UMDR, de Longa Duração e Manutenção - ULDM, e de Cuidados Paliativos), por Unidades de Ambulatório (Unidade de Dia e de Promoção da Autonomia), e por Equipas de Cuidados Continuados Integrados para apoio domiciliário e acções paliativas.

O modelo de financiamento dos serviços prestados resulta do conceito basilar da comparticipação e co-responsabilização entre os Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social e dos utentes. Estes encargos estão repartidos em função da tipologia da resposta, sendo da responsabilidade dos dois

<sup>1</sup> Fonte: "Resumo Executivo – Relatório de Monitorização da Implementação das Experiências Piloto da RNCCI", 19 de Julho de 2007.

<sup>2</sup> Fonte: "Resumo Executivo – Proposta dos Planos Regionais de Implementação 2007 para o Desenvolvimento da RNCCI", 5 de Julho de 2007.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre a RNCCI pode consultar as páginas da Internet <http://www.rncci.min-saude.pt> ou <http://www.seg-social.pt> ou contactar através do e-mail [iss-redecci@seg-social.pt](mailto:iss-redecci@seg-social.pt).

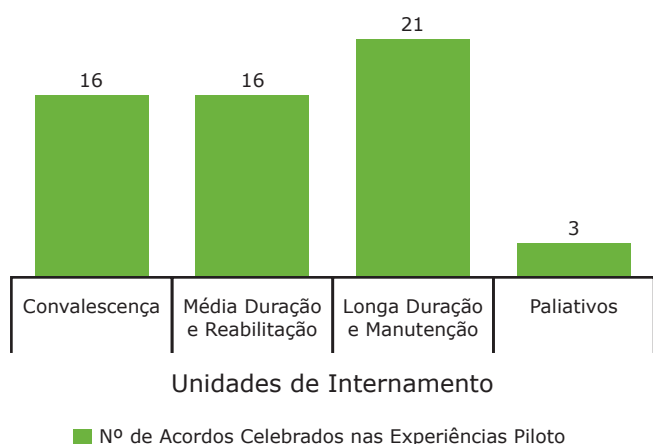
Ministérios os encargos decorrentes do funcionamento das tipologias de internamento UMDR e ULDM.

Os recursos humanos dividem-se por vários níveis, entre os quais os de coordenação com competências específicas: a equipa da Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados (UMCCI) com funções ao nível do desenvolvimento das orientações técnicas; as Equipas de Coordenação Regional (ECR) responsáveis pela articulação entre o nível de coordenação local e central; as Equipas de Coordenação Local (ECL) encarregues pela implementação do novo modelo de referenciação e admissão; as Equipas de Gestão de Altas (EGA) hospitalares que referenciam e identificam directamente os utentes com necessidades para a continuidade de cuidados de saúde e de acção social; e, por outro lado, os profissionais responsáveis pela prestação directa de cuidados e de serviços de apoio que garantem o funcionamento das unidades e equipas da RNCCI.

Outro dos pilares da RNCCI é a componente do desenvolvimento de competências técnicas, tendo-se realizado um grande esforço no desenvolvimento de actividades de formação através de planos específicos, seminários, acções de difusão e comunicação dinamizadas através da UMCCI.

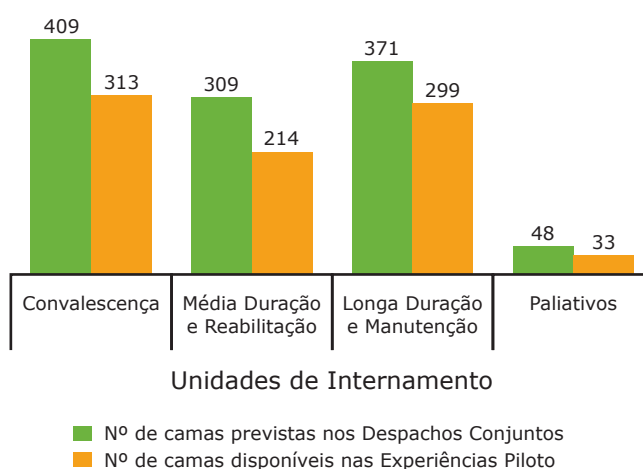
## Resultados das Experiências Piloto

As experiências piloto da RNCCI traduzem já uma rede de respostas de cuidados continuados integrados em estreita articulação com as redes nacionais de Saúde e de Segurança



Social e assentes em parcerias públicas, sociais e privadas, com mais de 50 acordos celebrados.

Os acordos efectivados garantem o funcionamento de 859 camas, das quais 513 em UMDR e ULDM. Existindo assim uma taxa de execução de 75% do conjunto das tipologias de internamento aprovado para as Experiências Piloto <sup>4</sup>, tendo as regiões do Centro e Algarve completado os objectivos previstos.



No período compreendido entre Novembro de 2006 e Abril de 2007, já havia uma utilização superior a 70% do total da capacidade das camas contratadas na RNCCI.

## Referenciação de utentes no âmbito das experiências piloto da RNCCI

Para operacionalizar o acesso e a mobilidade na RNCCI estabeleceu-se um sistema de referenciação que se inicia na EGA ou no Centro de Saúde, que propõe a admissão do utente na Rede às ECL as quais, por sua vez, avaliam as necessidades de cuidados de saúde e de apoio social dos utentes propostos e regulam a sua colocação nas tipologias de cuidados propostas.

<sup>4</sup> Despachos Conjunto n.º 17516/2006, de 29 de Agosto, e n.º 1281/2007, de 26 de Janeiro, que aprovam o n.º de camas a disponibilizar nas Experiências Piloto da RNCCI.

Neste contexto, a UMCCI desenvolveu vários instrumentos normalizadores de registo de dados capazes de acompanhar e monitorizar todo o circuito, desde os fluxos de referência até à aferição dos critérios usados e caracterização social sumária dos utentes.

## Caracterização dos utentes referenciados para a RNCCI

No período compreendido entre Novembro de 2006 e Abril de 2007, foram registados cerca de 2.000 processos de referência para a Rede. A principal entidade referenciadora foi o hospital de agudos, logo seguida dos centros de saúde. Nos motivos de solicitação de ingresso na Rede, destacam-se a necessidade de vigilância e cuidados de saúde (tratamentos pós-agudos).

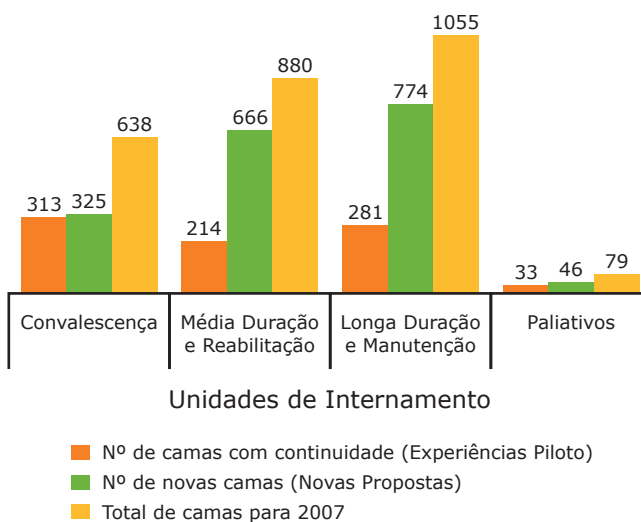
Quanto às patologias subjacentes à necessidade de referência para a RNCCI, destacam-se as doenças vasculares, com grande incidência de AVC, seja este recente ou sequelas tardias, logo seguida de fracturas ósseas, em que predominam as do colo do fémur.

No mesmo período, foram admitidos mais de 1.400 utentes, tendo-se identificado, em mais de metade dos utentes, uma limitada autonomia que se traduzia na necessidade de algum tipo de apoio, “apoio dos familiares” e cuidados domiciliários.

## Desenvolvimento da Rede em 2007

De modo geral, os dados apresentados sobre a RNCCI demonstram a sua evolução e reforçam a constatação da importância do seu papel estratégico na modernização das respostas sociais em Portugal que complementam as actuais respostas dos sistemas de Saúde e de Solidariedade Social.

O estágio seguinte, no desenvolvimento estratégico da RNCCI, deverá incidir na consolidação do processo de crescimento da oferta, respeitando a necessidade estratégica de, ainda durante o ano de 2007, ser capaz de promover processos de avaliação de impactos da RNCCI nas dimensões das políticas de Saúde e Protecção Social. □







**Ana Cardo**

Assessora do Conselho Directivo do  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
ana.m.cardo@seg-social.pt

# Reestruturação do Instituto da Segurança Social, I.P.

Com a aprovação do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), que definiu as orientações gerais e especiais para a reestruturação dos ministérios tendo por base a racionalização de estruturas, o reforço e homogeneização das funções estratégicas de suporte à governação, preconizando assim a melhoria da qualidade dos serviços públicos e, nesse âmbito, avaliaram-se os organismos da administração directa e indirecta dos diferentes departamentos governamentais e redefiniram-se as respectivas estruturas<sup>1</sup>.

No que diz respeito ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), a sua nova Lei Orgânica<sup>2</sup> concretiza esses princípios e orientações com a reorganização mediante a extinção, fusão e reestruturação dos respectivos serviços.

De acordo com este redesenho de estruturas, o Instituto da Segurança Social (ISS) mantém a sua natureza de instituto público com o conjunto das atribuições e competências que, até aqui, detinha em matéria da gestão dos regimes da segurança social e do exercício da acção social, mas passando para a sua

esfera de actuação novas atribuições nas áreas do tratamento, recuperação e reparação de doenças ou incapacidades de riscos profissionais, aplicação dos acordos internacionais de segurança social e apoio técnico em matéria tutelar cível. Estas novas atribuições de natureza operativa são provenientes do Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais (CNPRP) e do Departamento de Acordos Internacionais da Segurança Social, organismos que foram extintos, e as referentes à matéria tutelar cível transferidas do Ministério da Justiça.

Após a definição legal da macro estrutura do MTSS, foi o ISS dotado de nova orgânica<sup>3</sup> que acolhe as alterações resultantes das novas atribuições e adequa o seu funcionamento à lei-quadro dos institutos públicos, bem como foi definida a sua organização interna<sup>4</sup>, completando-se desta forma o seu quadro legal de actuação e organizativo, que se encontra em vigor desde 1 de Junho de 2007.

Em linhas gerais, salientam-se os aspectos que caracterizam a organização deste Instituto e o regime do seu pessoal.

1 Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 21 de Abril.

2 Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro.

3 Decreto-Lei n.º 214/2007, de 29 de Maio.

4 Portaria n.º 638/2007, de 30 de Maio.



A organização interna adoptada segue de perto a existente anteriormente, dispondo o ISS de Serviços Centrais com a reconfiguração de natureza operacional, de administração geral e de apoio especializado, de serviços de âmbito nacional funcionalmente desconcentrados que inclui agora, para além do Centro Nacional de Pensões, o CNPRF, e os serviços territorialmente desconcentrados, os Centros Distritais na dependência dos quais ficam os estabelecimentos integrados. Por sua vez, estes serviços podem organizar-se em unidades e núcleos, prevendo-se ainda a existência de sectores e equipas, todos a criar por deliberação do Conselho Directivo, sendo que esta nova estrutura será implementada gradualmente até 30 de Abril de 2008.

O traço inovador deste modelo foi introduzido com as áreas de administração geral em que os Departamentos de Recursos Humanos, de Gestão Financeira e de Património assumem o papel de serviços comuns para todo o Instituto, sem esquecer o reforço das funções de homogeneização dos Serviços Centrais de natureza operacional na actuação do ISS.

Em matéria de regime de pessoal, o ISS mantém em geral o regime do contrato individual de trabalho, incluindo neste o exercício de funções dirigentes e de chefia, com excepção para o pessoal integrado nas carreiras de inspecção que se mantém sujeito ao regime da função pública e, residualmente, são mantidos o regime da função pública para os funcionários públicos e o regime jurídico laboral das instituições de previdência para os trabalhadores por ele abrangido.

A nova Lei Orgânica vem ainda conferir o direito de opção pelo regime de contrato individual de trabalho aos funcionários públicos e aos trabalhadores abrangidos pelo regime jurídico laboral das instituições de previdência, no prazo de 90 dias, contados consoante o caso, da notificação que lhes seja feita do resultado final da aplicação dos métodos de selecção, ou, se não houver lugar a selecção, da publicitação das listas a que se refere o nº3 do artº 14º da Lei nº 53/2006, de 7 de Dezembro.

Com esta última menção à Lei nº 53/2006, que estabelece o regime comum de mobilidade dos funcionários e agentes entre serviços e enquadra as operações de extinção, fusão e reestruturação dos serviços da Administração Pública, importa dar algumas notas sobre a sua aplicação ao ISS por se encontrar em processo de reestruturação a par com os processos de fusão quanto à transferência das atribuições de natureza operativa do DAISS e do CNPRP e das atribuições em matéria tutelar cível.

De acordo com esta Lei, os serviços em reorganização devem proceder ao levantamento das actividades e procedimentos que são necessários assegurar em função das atribuições e competências cometidas, dos objectivos e das disponibilidades orçamentais, identificar e quantificar de forma fundamentada os postos de trabalho necessários para assegurar essas actividades e procedimentos e elaborar um mapa comparativo entre o número de efectivos existentes no serviço e o número de postos de trabalho necessários, listagens estas que devem ser apresentadas aos membros do Governo da respectiva tutela e das finanças e administração pública, para aprovação. Com a aprovação destas listagens, se o número de postos de trabalho for inferior ao número de efectivos existentes no serviço há lugar à colocação de pessoal em situação de mobilidade especial, através, quando necessário, da aplicação dos métodos de selecção – avaliação do desempenho ou avaliação profissional.

Na configuração actual da Lei da Mobilidade (Lei nº 53/2006), a colocação em situação de mobilidade especial só é aplicável ao pessoal que detenha a qualidade de funcionário público ou agente, não abrangendo o pessoal com contrato individual de trabalho (CIT).

No entanto, não sendo estes trabalhadores abrangidos, a Lei estabelece um princípio de não distinção entre funcionários e trabalhadores contratados por tempo indeterminado do mesmo serviço, quando se encontrem conjunta e indistintamente afectos à prossecução das mesmas atribuições e competências, incidindo, por isso, os procedimentos de cada uma das modalidades de reorganização sobre todo o pessoal, mas a decisão sobre a relação jurídica laboral do pessoal contratado é tomada nos termos da Lei nº23/2004 (artº 18º) e do Código do Trabalho.

Neste sentido, o processo de selecção deve incidir sobre todos, elaborando-se uma única lista de ordenação dos funcionários e do pessoal contratado. Face ao seu posicionamento na lista de ordenação, começando da base para o topo e até que o número de efectivos corresponda ao número de postos de trabalho considerados necessários, os funcionários são colocados em mobilidade especial e quanto aos trabalhadores contratados a sua relação laboral é decidida nos termos das leis laborais já citadas.

Contudo, faz-se notar que, a partir de 1 de Janeiro de 2008, com a entrada em vigor do novo regime de vínculos da função pública, os trabalhadores com contrato de trabalho podem igualmente ser colocados em mobilidade especial pelo prazo de um ano. □

# Plano de Intervenção Imediata

## Diagnóstico e Intervenção

A decorrer neste ano de 2007, pelo quarto ano consecutivo, o Plano de Intervenção Imediata (PII) define-se como uma acção implementada a nível nacional pelos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social (ISS), Centro de Segurança Social da Madeira, Instituto de Acção Social dos Açores, Casa Pia de Lisboa e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sendo o tratamento e análise dos dados assegurado pelos Serviços Centrais do ISS.

Toda esta movimentação conjunta tem como finalidade a caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento<sup>1</sup>, no que diz respeito à garantia dos seus direitos, sendo dado particular enfoque à definição dos projectos de vida, mas englobando-se também a avaliação da sua situação jurídica, a relação com a família, a sua integração na comunidade, e a forma como se encontram enquadrados em termos de acesso à educação e saúde.

<sup>1</sup> Incluem-se as crianças e jovens que estejam acolhidas em Famílias de Acolhimento, Lares de Infância e Juventude, Centros de Acolhimento Temporário, Acolhimento de Emergência, Apartamentos de Autonomia, Centros de Apoio à Vida e Lares Residenciais.

### 2006

15.016 crianças e jovens caracterizadas. Destas:

- 12.245 encontravam-se acolhidas;
- 2.771 saíram da instituição / família de acolhimento durante 2006.

#### Educação

- Taxa de integração escolar entre os 90 e os 100%.
- Baixos níveis de escolaridade: por exemplo, 73% das crianças e jovens entre os 12 e os 14 anos completou, no máximo, o 6º ano de escolaridade, quando já deveria nesta idade ter, pelo menos, o 3º ciclo incompleto.

#### Saúde

- 28% das crianças acolhidas tem problemas de saúde física ou mental, sendo que a maioria beneficia dos apoios médicos específicos.

#### Projectos de vida mais significativos

- 47%: acolhimento em Lar de Infância e Juventude.
- 13%: regresso à família nuclear ou alargada.
- 13%: acolhimento familiar.
- 9%: adopção.

Tendo sido iniciado como um projecto de diagnóstico, que visava conhecer a *realidade*, o perfil e a evolução dos projectos de vida das crianças e jovens acolhidas, ao longo destes anos, o PII tem introduzido uma dimensão interventiva, com base nas realidades que tem encontrado.

Poder-se-á, então, dizer que do projecto inicial, vários filhos têm nascido e que têm vindo a introduzir mudanças claras no sistema de acolhimento, nomeadamente:

- **Regularização da situação jurídica de acolhimento das crianças / jovens.**
- **Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudança:** dirigido a Lares de Infância e Juventude, visa a dinamização dos projectos de vida das crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua desinstitucionalização em tempo útil. Para tal, torna-se necessário dotar os Lares de Equipas Técnicas para promover a intervenção junto das crianças e suas famílias.
- **Uniformização da aplicação do conceito "Projecto de Vida":** *o que é que se entende por Projecto de Vida da criança acolhida numa instituição ou família? Quem o define? Quem o dinamiza? Quem o avalia? É para toda a vida, ou reporta só a um ano? Representa um futuro próximo ou uma perspectiva de futuro remoto?* Apesar do PII ter vindo a induzir a discussão e aprofundamento da definição dos projectos de vida das crianças, entre todas as entidades responsáveis pelo seu acompanhamento, tornou-se evidente, através do diagnóstico desenvolvido, a existência de entendimentos diferenciados do conceito.

Sobre este último aspecto, considerado prioritário na implementação do PII 2007, estão a ser desenvolvidos esforços, no sentido de emitir orientações que uniformizem o entendimento do conceito de Projecto de Vida. Afinal, a Lei consagra-o como essencial para assegurar os direitos da criança acolhida, todos nós falamos dele como instrumento para não permitir que os acolhimentos se prolonguem indeterminadamente no tempo. Não quer dizer por isso que o entendamos e utilizemos da mesma forma e que tenhamos presente as responsabilidades de cada uma das entidades na sua definição, acompanhamento e avaliação.

Ou seja, o facto da equipa responsável considerar que a Maria, acolhida em Lar de Infância e Juventude, tem como Projecto de Vida o regresso à família de origem, não quer isso dizer que esteja a ser desenvolvida intervenção com a família nesse sentido, nem que esse regresso ocorra num futuro próximo.

Nesta lógica, o Projecto de Vida **NÃO** pode ser apenas uma declaração de intenções, **NÃO** é uma ideia remota daquilo que será o futuro da criança daqui a uns anos, **NÃO** é aquilo que nós técnicos queremos ou idealizamos que ela venha a ter, **NÃO** é uma passagem não planeada de vários e longos anos pelo acolhimento que terminará aos 18 ou 21, quando regressar à família que já não a conhece ou for viver sozinha.

Assim, o PII terá como eixo norteador, para a recolha de dados em 2007, o entendimento de que a **definição do Projecto de Vida** é sustentada num **Plano de Intervenção** definido para a criança / jovem e sua família, constituindo o resultado último da intervenção desenvolvida.

Com base neste pressuposto, é possível fazer o seguinte raciocínio lógico:

Se o **Projecto de Vida**...é o que se pretende atingir como **resultado** de uma intervenção com a criança / jovem e sua família,

Se a **intervenção com a criança / jovem e sua família**... deve ser sustentada num plano com **objectivos e acções** a desenvolver num prazo definido,

Se os **objectivos e acções**...só se planeiam na base de um **diagnóstico** cuidado da situação pessoal e familiar da criança,

Se o **diagnóstico**...baseado na análise de todas as informações da criança que se recolhem de diversas fontes (observação dos contactos da criança com a família, articulação com os parceiros da comunidade, contactos estabelecidos com a família, com ou sem a criança presente).

**LOGO,**

Se não houve **diagnóstico** da situação, não pode ser construído um **Plano** com objectivos e acções, não existe **intervenção** estruturada com a criança e com a família, não existe um **resultado**, uma meta a atingir, **não existe Projecto de Vida**.

Será com base nestes pressupostos que, a partir deste ano, no âmbito do PII, será sustentada a avaliação dos Projectos de Vida das crianças e jovens acolhidas, visando comprometer todos os intervenientes numa actuação conjunta e activa que tem como fim último um cada vez maior número de regressos de crianças a meio natural de vida, de forma célere e segura. □





# Serviços Comuns e Reengenharia de Processos

O Projecto Reengenharia de Processos e Criação de Serviços Partilhados no Instituto da Segurança Social (ISS) iniciou-se em Novembro de 2005, resultado de uma candidatura realizada ao Programa Operacional da Administração Pública (POAP), enquadrada no III Quadro Comunitário de Apoio.

De forma a facilmente identificarmos o projecto e a ele associarmos uma imagem muito orientada para os resultados, foi-lhe atribuída a designação de SCORE, que é também a abreviatura de Serviços Comuns e Reengenharia de Processos.

## SCORE

SERVIÇOS COMUNS e REENGENHARIA DE PROCESSOS

Este projecto surgiu devido à premente necessidade sentida pelo ISS, como entidade de referência a nível nacional, em adoptar um novo modelo organizacional, assente na simplificação dos procedimentos e em modelos de gestão mais eficientes e mais eficazes. Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos beneficiários da Segurança Social, aumentar a eficiência dos recursos disponíveis e alinhar a estratégia do ISS, com a estratégia de modernização da Administração Pública consagrada no PRACE, foram os objectivos que estiveram na base da candidatura deste projecto ao POAP, enquadrado na (i) Tipologia 1- Projectos de Simplificação de Modelos e

Procedimento, (ii) Medida 1- Modernização dos Sistemas e dos Procedimentos, (iii) Eixo nº1 - Promoção da Modernização e da Qualidade na Administração Pública.

Inicialmente com um prazo de execução de dois anos, o projecto viu a sua actuação ser reduzida a 13 meses, em consequência da aprovação tardia da candidatura.

Este facto obrigou a uma revisão do seu âmbito, traduzindo-se os seus objectivos em:

- 1) Apoiar a reestruturação e modernização do ISS, I.P. com a criação de serviços comuns nas áreas de:
  - Gestão de Recursos Humanos;
  - Documentação e Arquivo;
  - Gestão do Património;
  - Aprovisionamento;
  - Gestão Financeira.
- 2) Apoiar a reengenharia e a simplificação de procedimentos, com uma abordagem única para todo o Instituto, dos seguintes processos:
  - Identificação e Enquadramento;
  - Cooperação com IPSS;
  - Financiamento Directo às Famílias - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Formalmente, o projecto teve início em Novembro de 2006 e terminará em Dezembro de 2007. O projecto contará com

a parceria do Instituto de Informática, e o seu custo total é de cerca de 2 milhões de euros.

A estratégia definida para o projecto incluía o apoio de empresas de consultoria especializadas em reengenharia de processos. Para o efeito foram realizados concursos públicos, estando actualmente encerradas todas as fases concursais. As empresas consultoras que estão a trabalhar com o ISS são:

- Accenture - Processos Documentação e Arquivo, Gestão Financeira e Financiamento Directo às Famílias - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;
- Deloitte - Processos Gestão do Património e Cooperação com IPSS;
- Edinfor - Processo Aprovisionamento;
- Novabase - Processo de Recursos Humanos;
- Mundiserviços – Identificação e Enquadramento.

A contratualização dos serviços de consultoria inclui o apoio e acompanhamento na implementação, de forma a testar as soluções propostas. Assim, a abordagem metodológica seguida pelas empresas é idêntica, e assenta em três fases: (i) Análise da Situação Actual; (ii) Definição do Modelo Futuro; (iii) Planeamento e Acompanhamento da Implementação nos Centros Distritais identificados como piloto.

O processo Documentação e Arquivo, o primeiro a iniciar-se, encontra-se já com a implementação planeada para Setembro. A definição do seu modelo futuro assenta em quatro níveis:

- Nível 1 Tratamento normalizado de documentos – será o nível mínimo aplicado a todos os processos, que permitirá uniformizar e reorganizar a documentação a arquivar, controlar as entradas e saídas de processos e documentos, e simplificar a aplicação da Portaria;
- Nível 2 Digitalização de documentos na entrada - possibilitará maior celeridade na tramitação de processos e no acesso aos documentos, eliminação de múltiplas cópias, centralização e automação de processos de impressão e gestão automatizada dos prazos do ciclo de vida dos documentos;
- Nível 3 Reformulação do Atendimento Acompanhado – proporcionará maior celeridade na entrada dos processos em backoffice, redução do número de processos pendentes por falta de documentos, redução do número de erros de preenchimento e redução do número de documentos entrados por via da entrada de informação estruturada sem necessidade de recurso a documentos;
- Nível 4 Promoção do *Self-Service* – disponibilização de funcionalidades electrónicas de *self-service*, com vista à redução

da recepção e produção de documentos em papel e o tratamento automatizado de pedidos e processos.

A implementação do modelo futuro implica uma forte aposta em 4 grandes vectores - Estratégico, Organizacional, Tecnológico e de Processos.

A implementação de serviços comuns obriga a uma transformação profunda do modo de operações actual, sendo necessário proceder-se a uma redefinição dos processos de trabalho e do modelo organizativo existente, e à implementação de sistemas de informação partilhados.

Tendo em conta que o processo de gestão da mudança num projecto desta natureza é fundamental, foi aprovado um Plano de Comunicação muito abrangente, orientado para os colaboradores do ISS, que inclui acções tais como:

- Suporte digital, SCORE, Intranet, Caixa de Sugestões, sessões de esclarecimento, reuniões periódicas, workshops, fóruns de discussão, cartazes, folhetos, *merchandising*, etc.

Pretende-se, com o Plano de Comunicação, informar, divulgar e obter o contributo e envolvimento de todos os colaboradores do ISS, elementos chave e imprescindíveis para o sucesso deste projecto.

Em conclusão, este projecto é um contributo importante para que o ISS aumente a sua eficiência e melhore os níveis do serviço prestado aos utentes da Segurança Social. □





# Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

## Em prol da qualidade de vida da população

O que tem sido, em termos práticos, a RNCCI? Quais os benefícios que trouxe? Estas são algumas das questões que certamente já colocámos a nós próprios. É por isso que a Pretextos decidiu ir para o terreno saber um pouco mais sobre a experiência inicial da Rede, em algumas unidades de saúde.

No fundo, quisemos conhecer de perto o trabalho das pessoas envolvidas neste projecto e o balanço que fazem do mesmo, já que se traduz numa mais-valia para a prestação de cuidados de saúde a quem, numa determinada fase da vida, mais precisa.

A RNCCI é uma parceria criada pelo Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho, entre os Ministérios da Saúde e do Trabalho

e da Solidariedade Social, com o objectivo de promover a continuidade dos cuidados de saúde e apoio social a todo o cidadão que sofra, temporária ou indefinidamente, de algum grau de dependência.

A Rede é constituída por Unidades e Equipas de cuidados continuados de saúde, e/ou apoio social, e de cuidados e acções paliativas, com origem nos serviços comunitários de proximidade, abrangendo Hospitais, Centros de Saúde, serviços distritais e locais. A sua organização é feita em dois níveis territoriais de operacionalização: regional e local.

Os objectivos da Rede incluem a criação de cuidados que vão desde a alta hospitalar até ao domicílio do doente, garantindo a continuidade do seu tratamento, a sua recuperação funcional



e a sua reinserção em unidades de internamento alternativas ao hospital, e em casa através da criação de Equipas de cuidados domiciliários nos Centros de Saúde com articulação à Segurança Social.

Relativamente às Unidades e Equipas constituídas, a prestação de cuidados continuados integrados é assegurada por:

- Unidades de internamento: unidades de convalescença, unidades de média duração e reabilitação, unidades de longa duração e manutenção e unidades de cuidados paliativos;
- Unidades de ambulatório: unidade de dia e de promoção de autonomia;
- Equipas hospitalares: equipas de gestão de altas, equipas intra-hospitalares de suporte em cuidados paliativos;
- Equipas domiciliárias: equipas de cuidados continuados integrados, equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos.

Estas Unidades asseguram os seguintes serviços: actividades de manutenção e de estimulação; cuidados de enfermagem diários; cuidados médicos; prescrição e administração de fármacos; apoio psicossocial; controlo fisiátrico periódico; cuidados de fisioterapia, de terapia ocupacional e da fala; animação sócio-cultural; higiene, conforto e alimentação; apoio no desempenho das actividades de vida diária; apoio nas actividades instrumentais de vida diária; e, os demais serviços e actividades inerentes ao funcionamento da Unidade.

As condições exigidas para integrar a RNCCI são seguir as normas da Unidade de Missão, nomeadamente, as regras estruturais das próprias instalações, ou seja, as entidades terão que obedecer aos requisitos técnicos indicados em diversos Decretos-Lei, como acessibilidades, circulações, combate e segurança contra incêndios e aspectos de funcionalidade que significam qualidade para as pessoas que hão-de lá estar.

Outra regra tem como base a existência de recursos humanos adequados, em número e em formação, aos cuidados que vão prestar, medida à qual acresce a vocação de cada Instituição. Este novo modelo exige muita cedência daquilo que é a tradicional articulação e obediência a um paradigma de qualidade, que é de monitorização e de feedback permanente de informação, no sentido de se poder avaliar o que está a ser feito, quais os ganhos em saúde e em independência das pessoas e a satisfação dos utilizadores.

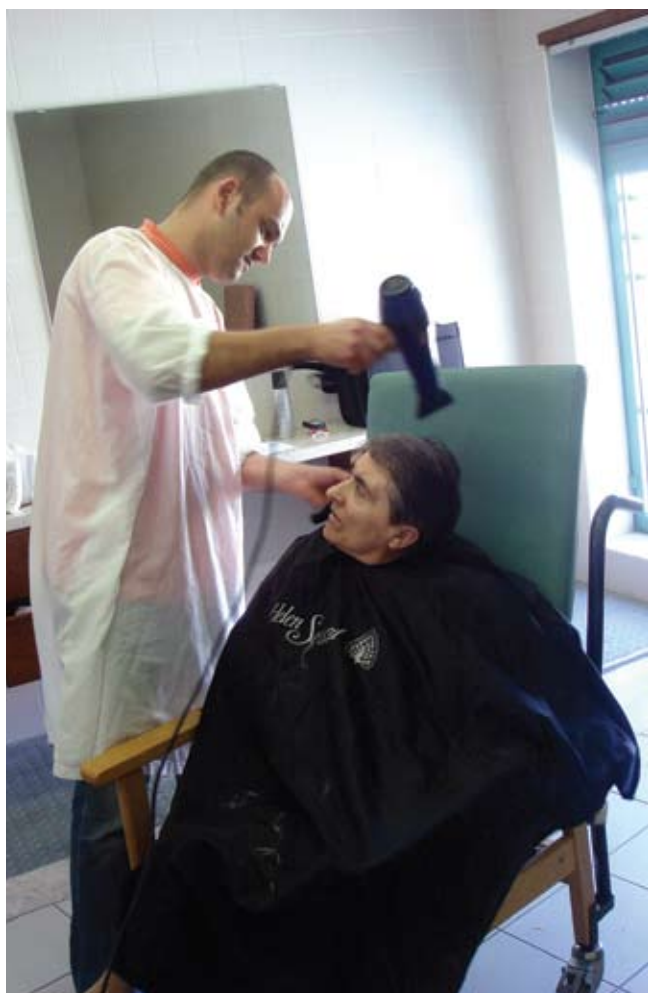
Neste contexto, quisemos conhecer *in loco* duas Unidades distintas, uma unidade de longa duração e manutenção, a Caritas Diocesana, e uma unidade de média duração e reabilitação, a Associação Fernão Mendes Pinto, ambas localizadas em Coimbra.

## VISITA À CARITAS DIOCESANA DE COIMBRA

Na Caritas Diocesana, localizada a escassos quilómetros do centro da cidade de Coimbra, fomos gentilmente recebidos por Isabel Sousa, responsável dos Cuidados Continuados e Directora Técnica da Caritas Diocesana de Coimbra, que começou por nos dizer que esta Instituição já tinha alguns protocolos com entidades de saúde, mas este reforço da missão foi bastante positivo para os doentes e famílias, que se sentem satisfeitos por existir uma política de intervenção, e para a comunidade, pois esta medida veio aumentar a qualidade de vida da população.

A Caritas integrou a Rede com uma experiência inicial de 34 camas, inseridas na valência de Cuidados de Longa Duração e Manutenção.





A faixa etária dos utentes desta unidade situa-se entre os 65 e 75 anos, são maioritariamente do sexo feminino e estão na Unidade porque se tratam de casos de sequelas de AVC's e outras situações mais delicadas que não permitem o regresso a casa, uma vez que necessitam de cuidados 24h sobre 24h.

Isabel Sousa faz um balanço da Rede bastante positivo, diz que se trata de uma mais-valia para o utente, para os seus familiares e para a comunidade, pois para além da falta de respostas sociais, os familiares não conseguem prestar os cuidados necessários ao doente, daí a necessidade de uma retaguarda.

Isabel confessou-nos que no caso da Caritas, a participação dos familiares é notória e muito positiva. As visitas são feitas em regime alargado, isto é, estão familiares no centro a partir das 14h e até às 20h, e se quiserem e souberem, podem participar activamente nas actividades como: a higiene pessoal, alimentação, acompanhamento da fisioterapia, entre outras.

Quando por qualquer motivo, num determinado dia, os familiares não podem vir, telefonam para saber como está o seu parente.

"A casa é das pessoas, às vezes até almoçam e jantam cá, com os seus familiares", salienta Isabel Sousa.



Perguntamos a Isabel quais as suas perspectivas para o futuro. Esta começou por dizer que este trabalho tem sido muito gratificante e enriquecedor e que há cada vez mais pessoas a procurarem a Unidade, na esperança de conseguirem uma vaga para o seu familiar, mas a dificuldade em dar resposta, à tipologia longa duração, continua a ser uma realidade. Seria muito bom aumentar a capacidade de resposta aos cidadãos.

Em segundo lugar, é necessário diversificar a Instituição de modo a terem mais tipologias, ou seja, criar diferenciação a nível do estado clínico, por exemplo, dentro da longa duração, separar situações físicas das situações com sequelas psiquiátricas, não se trata de discriminar, mas por vezes há situações que criam algum mau estar. Há utentes e familiares que não estão preparados para assistirem a determinadas situações de foro psiquiátrico de outros utentes.

## VISITA À ASSOCIAÇÃO FERNÃO MENDES PINTO

Fisioterapeuta – Arménio Sequeira

Assistente Social – Mariana Pereira

Enfermeiro – Paulo Nobre

Responsável de Recursos Humanos – Magda Portulês

No coração da cidade de Coimbra, situa-se esta Instituição. A Pretextos foi recebida por um grupo de Técnicos (ver em cima), bem dispostos e com imensa vontade de nos mostrar a “sua casa” e explicar o seu trabalho diário.



Mariana Pereira, começou por nos dizer que os utentes desta Instituição são maioritariamente mulheres, com idades compreendidas entre os 65 e 70 anos, e os casos clínicos com mais prevalência são os casos neurológicos, nomeadamente AVCs.





No entanto, a opinião do grupo é unânime quando diz que havia “um buraco” em termos de prestação de cuidados entre o hospital e o domicílio, e foi para colmatar essa lacuna que se criou este tipo de respostas, que visam promover o regresso a casa. É esse o objectivo final de todo o trabalho destes Técnicos.



Por exemplo, uma pessoa que tinha um episódio agudo e que saía do hospital, não tinha depois uma continuidade no tratamento. Havia “um buraco” na prestação de cuidados.

Para Arménio Sequeira, o balanço da Rede neste primeiro ano, é bastante positivo, principalmente na vertente de estabelecer a autonomia dos utentes para não sobrecarregar a família.

Para fazer face aos problemas físicos dos doentes que aqui chegam, para além de umas instalações exemplares e de uma equipa de profissionais bem preparada e muito motivada, esta Instituição dispõe ainda de um ginásio bem equipado, com planos integrados de recuperação, piscina com ambiente de água pura e tratada, que tem como fim ajudar na recuperação dos utentes.

Alguns deles depois de passarem por esta unidade de média duração, conseguem a sua autonomia e voltam a casa, para a família ou lar.

Da parte deste grupo de Técnicos fica sempre a preocupação de saber para onde foi a pessoa, que cuidados irá ter daí para a frente. Segundo Paulo Nobre, é necessário dar continuidade aos cuidados de saúde para que não haja um retrocesso.

Todo o trabalho até agora desenvolvido, levou a que esta Unidade ganhasse uma forte credibilidade junto da comunidade e de muitos profissionais de saúde. Muitas pessoas ali se dirigem à procura de um estágio, de protocolos, de parcerias, etc.

A esse nível, Magda Portulês, reforçou mesmo a ideia de que “é cada vez mais importante um trabalho multidisciplinar das equipas e uma boa cooperação entre todos. Por isso, os colaboradores das diversas áreas passam por um processo de acolhimento, de formação, de colocação de dúvidas e tem sido muito positivo porque temos notado que a permanência dos mesmos é mais duradoura”.



## SABIA QUE...

- O artigo 48º do Decreto-Lei n.º101/2006, de 6 de Junho, estipula que a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados é implementada progressivamente e concretiza-se, no primeiro ano de vigência, através de experiências piloto.
- A identificação e definição da implantação territorial das Unidades que integram a Rede na experiência piloto são definidas nos Despacho Conjunto n.º17 516/2006, de 29 de Agosto, e n.º 1281/2007, de 26 de Janeiro, dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde.
- A dinâmica dos Projectos-Piloto constitui a primeira fase da implementação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e decorre entre 2006 e 2009, com uma cobertura de apenas 30 por cento do Sistema de Saúde. A implementação do modelo é uma proposta de 10 anos, pretendendo-se terminar a terceira fase com total cobertura do sistema no ano de 2016.

Como metas para 2016 espera-se constituir:

- 2.782 Unidades de Convalescença (1,44 camas por 1.000 habitantes com 65 anos e mais);
- 3.091 Unidades de Internamento de Média Duração (1,6 camas por 1.000 habitantes com 65 anos e mais);
- 7.728 Unidades de Internamento de Longa Duração (4 camas por 1.000 habitantes com 65 anos e mais);
- 2.318 Unidades de Dia e Promoção de Autonomia (1,2 lugares por 1.000 habitantes com 65 anos e mais);
- 927 Unidades de Cuidados Paliativos (0,48 camas por 1.000 habitantes com 65 anos e mais);
- 40 Equipas Intra-Hospitalares em Cuidados Paliativos (1 equipa por 250.000 habitantes);
- 50 Equipas Comunitárias de Cuidados Paliativos (1 equipa por 150.000 habitantes);
- 90 Equipas de Gestão de Altas (1 equipa em cada hospital);
- 360 Equipas de Cuidados Continuados Integrados (1 equipa em casa Centro de Saúde). □

Fonte: Portal do Governo

# Curso de Gestor/a para a Qualidade na Economia Social

**Sandra Gomes**

Departamento de Desenvolvimento Social  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
sandra.n.gomes@seg-social.pt

O Instituto da Segurança Social (ISS) tem vindo a colaborar com o projecto ES2 "Excelência na Solidariedade" (EQUAL) numa acção piloto que pretende estimular novas competências para a melhoria da Qualidade nas organizações da Economia Social, especificamente na acção respeitante ao "Curso de Gestor/a para a Qualidade na Economia Social", estruturado a partir dos actuais referenciais: os Manuais de Gestão da Qualidade do ISS, na Norma ISO9001:2000 e na Joint Commission – Home Care.

Lançado no dia 10 de Maio de 2007, no Instituto da Segurança Social, com a duração de 150 horas, visou qualificar profissionais para o desempenho da função de Gestor da Qualidade, através da melhoria de competências ao nível das metodologias da Qualidade nas organizações da Economia Social. A este aspecto acresce a vertente da Auditoria, isto é, a avaliação de desempenho e eficácia das estratégias da qualidade seguidas pelas organizações que visam a identificação de oportunidades de melhoria contínua e a preparação de sistemas de reconhecimento e certificação. A formação dos técnicos do ISS nesta área vem responder a necessidades identificadas ao nível da melhoria da qualidade dos serviços prestados, no âmbito do apoio técnico da área da cooperação e do desenvolvimento de uma cultura da qualidade interna ao ISS. □



## Um Aniversário diferente ao serviço de quem mais precisa

O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) comemorou o seu 30º aniversário com a realização de uma acção de voluntariado numa das instituições beneficiárias do seu Programa de Responsabilidade Social, a Ajuda de Mãe, em Lisboa.

Em vez de uma sessão comemorativa, mas aplicando a verba que lhe estava destinada, assinalou-se a data pintando o interior das instalações da Ajuda de Mãe, com recurso ao trabalho voluntário de 50 colaboradores do IGFSS. As instalações que os voluntários ajudaram a pintar estavam a precisar de uma recuperação, para que o apoio social a mães adolescentes e carenciadas continuasse a ser prestado em condições de conforto.







Para Marta Manalvo, uma das participantes nesta acção de voluntariado, foi «muitíssimo gratificante poder colaborar, em equipa, numa tarefa que a nós nos pareceu pequena mas que irá contribuir para a felicidade das pessoas que mais precisam». A SIC Notícias esteve no local e realizou uma reportagem em que foi manifesta a grande satisfação dos voluntários.

A Ajuda de Mãe dá apoio a jovens raparigas, até aos 18 anos, em situação de carência ou exclusão social, que na adolescência já são mães. O apoio que lhes é prestado situa-se nas áreas escolar, profissional e sócio-cultural, no sentido de as ajudar a construir um futuro, aprendendo a educar e a tomar conta dos seus filhos e até mesmo a desenvolverem uma nova profissão ou a terminarem a sua escolaridade.



O IGFSS gere os recursos consignados no Orçamento da Segurança Social, que ascendem a cerca de 23 mil milhões de euros, abastecendo diariamente 30 instituições públicas. Em 2006 lançou um Programa de Responsabilidade Social com 10 medidas, entre as quais a recolha, junto dos seus 450 funcionários, de mais de uma tonelada de donativos para cinco instituições. □



**Conferência Conciliação entre a Vida Profissional,  
a Vida Pessoal e a Vida Familiar:  
Novos Desafios para os Parceiros Sociais e as Políticas Públicas**

**Reconciling Professional, Personal and Family Life: New Challenges  
for the Social Partners and for Public Policy**

**Conférence Conciliation de la Vie Professionnelle, de la Vie Privée et de la Vie Familiale:  
Nouveaux Défis pour les Partenaires Sociaux et pour les Politiques Publiques**

12, 13 / 07 / 2007



Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Ministry of Labour and Social Security  
Ministère du Travail et de la Solidarité Sociale

PORTUGAL 2007

**Mariana Pereira**

Gabinete de Comunicação  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
mariana.s.pereira@seg-social.pt

**Trabalhar p  
Work  
Travailler p**

## Presidência da UE em Lisboa



PORTUGAL 2007

A primeira Conferência da Presidência da UE, em matéria de Segurança Social, aconteceu em Lisboa, e teve como tema "Conciliação entre a Vida Profissional, a Vida Pessoal e a Vida Familiar".

Nos dias 12 e 13 de Julho de 2007, decorreu no Hotel Marriott, em Lisboa, a conferência sobre "Conciliação entre a Vida Profissional, a Vida Pessoal e a Vida Familiar".



No decorrer destes dois dias, realizaram-se 3 sessões plenárias, e alguns Workshops sobre a temática da Conferência.

A primeira sessão plenária foi sobre "Trabalho, vida pessoal e vida familiar e o diálogo social do futuro", em que se identificaram meios para assegurar coerência nas respostas aos desafios que implicam as alterações demográficas e o consequente encorajamento à participação equilibrada das mulheres na actividade económica e dos homens na vida familiar.

A segunda sessão sobre "Flexibilidade interna e conciliação: o equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar no contexto do debate sobre a flexigurança", na qual se salientou a necessidade de mudanças não apenas ao nível da flexibilidade externa mas também ao nível da organização interna das empresas e das condições de trabalho.

Na terceira e última sessão plenária, cujo tema foi "Iniciativas do sector público e dos parceiros sociais: o reforço da parceria



para a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal: mensagens chave dos workshops e das sessões plenárias”, foram apresentadas as conclusões de todos os trabalhos desenvolvidos no decorrer dos dois dias da Conferência.

Na sessão da abertura desta Conferência participaram, António Vieira da Silva, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social; Pedro Silva Pereira, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros; Marjeta Cotman, Ministra do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais (Eslovénia); Carlo Fatuzzo, Representante da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais do Parlamento Europeu; e Nikolaus Van Der Pás, Director Geral do Emprego, Assuntos

Sociais e Igualdade de Oportunidades da Comissão Europeia.

No último dia, a sessão de encerramento contou com a presença de Philippe Buck, Secretário Geral da BUSINESSEUROPE; Charles Nolda, Presidente do Comité dos Assuntos Sociais do Centro Europeu das Empresas de Interesse Económico Geral, CEEP; John Monks, Secretário Geral da Confederação Europeia dos Sindicatos, CES; Belinda Pyke, Directora para a Igualdade entre Mulheres e Homens, Acção contra a Discriminação e Sociedade Civil da Comissão Europeia; Rosy Bindi, Ministra das políticas para a Família (Itália); e António Vieira da Silva, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social. □







**Cecília Cavalheiro**  
Programa da Rede Social  
Departamento de Desenvolvimento Social  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
cecilia.m.cavalheiro@seg-social.pt

## Rede Social

### Seminário na Universidade Lusíada

A experiência de um estágio académico de 3º ano do Curso Superior de Serviço Social, no Departamento de Desenvolvimento Social do Instituto da Segurança Social (ISS) e no Programa da Rede Social em particular, culminou com a realização de um Seminário na Universidade Lusíada de Lisboa, no dia 18 de Junho de 2007, sob a orientação da Professora Maria Eugénia Santiago, do Instituto Superior de Serviço Social.

Este Seminário, denominado "Percursos...em Serviço Social", uniu num espírito integrado de cooperação institucional, a experiência teórico-prática das alunas Rosa Alves e Cátia Santos, a apresentação do Modelo de Articulação do Conselho Local de Acção Social do Barreiro, estrutura operativa da Rede Social naquele Concelho, e a experiência de estágio da aluna Rita Ricardo do Curso Superior de Serviço Social, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Católica, no Conselho Local de Acção Social da Moita, do Distrito de Setúbal.

O carácter inovador da Rede Social conferiu à natureza dos objectivos académicos um interesse significativo, não só pelo conhecimento das metodologias de diagnóstico e planeamento integrados, preconizadas pelo Programa e desenvolvidas pelos Conselhos Locais de Acção Social, constituídos praticamente em todo o território continental,

como também pela perspectiva do conhecimento da gestão central deste Programa, no que se relaciona com os seus princípios operativos, meios e instrumentos de suporte e áreas de orientação técnica, desenvolvidos pela equipa com competência nesta matéria, e na qual, se integraram as estagiárias.

Para o organismo de acolhimento, a realização deste estágio, potenciou a divulgação do Programa na área académica e a capacitação de futuros técnicos face a esta medida de política social activa e à cultura subjacente de intervenção social local integrada.

A participação das estagiárias na dinâmica de consolidação da Rede Social, após a publicação do Decreto-Lei nº115/2006 de, 14 de Junho, no qual são consagrados os seus princípios, finalidades e objectivos, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos, traduziu-se numa oportunidade única ao nível da compreensão crítica de todo o processo e na identificação dos principais desafios que a sociedade em geral, os Serviços Centrais de monitorização e os CLAS em particular, estão a enfrentar em matéria de desenvolvimento social local e supra-concelhio. □



# Gestor de Contribuinte

**Jorge Pedro Jesus**

Unidade de Gestão de Contribuições  
Departamento de Identificação, Qualificação e Contribuições  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
jorge.p.jesus@seg-social.pt

No âmbito do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e Evasão Contributiva está prevista a implementação, no segundo semestre do corrente ano, da Figura do Gestor de Contribuinte.

Esta nova figura, assente numa gestão personalizada dos contribuintes do Sistema de Segurança Social, visa não só garantir um apoio mais adequado e mais célere aos contribuintes devedores na resolução das suas situações de dívida, mas também contribuir para a prevenção do incumprimento contributivo, através de um acompanhamento personalizado junto de contribuintes não devedores.

O Gestor de Contribuinte terá como função tratar de todos os assuntos relacionados com a obrigação contributiva dos Contribuintes. Para alcançar esse objectivo, o Gestor de Contribuinte deve estar habilitado a desenvolver as seguintes competências:

- Acompanhamento da prática contributiva de um conjunto de entidades, actuando com celeridade, essencialmente na ausência de liquidação e pagamento de contribuições;
- Gerir a relação desse conjunto de contribuintes com a Segurança Social;
- Efectuar a caracterização oportuna das situações de in-

cumprimento da obrigação contributiva, actuando quando sejam detectados desvios significativos;

- Avaliar as melhores formas de regularização de dívidas, propondo enquadramento para os contribuintes devedores;
- Acompanhar processos de insolvência/recuperação de empresas e representar a Segurança Social em comissões de credores.

Em suma, pretendem-se recursos humanos que tenham um bom relacionamento com as várias áreas do sistema e possam assegurar a análise dos “seus” contribuintes e respectivo fluxo de contribuições, bem como a detecção de indícios de incumprimento.

O enfoque dado com a figura do Gestor do Contribuinte é pretender dar uma clara melhoria da eficácia da Área de Contribuintes, num novo quadro de responsabilidades que, partindo do acompanhamento do cumprimento das obrigações contributivas das entidades seleccionadas, se constituam em analistas privilegiados, detentores dos conhecimentos adequados, capazes de gerar as propostas de soluções mais adequadas à eliminação, à redução da dívida ou à travagem do seu crescimento, através de acções inseridas numa consistente estratégia de combate à fraude e evasão contributivas □



O Centro de Recursos em Conhecimento do Instituto da Segurança Social, associando-se ao Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (2007) declarado pelo Conselho da União Europeia e pelo Parlamento Europeu, preparou uma Exposição Temática sobre a Igualdade de Oportunidades. Tratou-se de uma exposição constituída, fundamentalmente, por documentos retirados da Internet, que foram mensalmente substituídos, respeitantes a diferentes perspectivas de análise da questão da igualdade de oportunidades. Esta iniciativa, para além de disponibilizar aos visitantes informação diversificada, incluiu ainda para consulta e eventual reprodução, três documentos elaborados por colaboradores do CRC: um Catálogo de Websites (Portugueses e Estrangeiros); um Catálogo Legislativo (Legislação Nacional e Comunitária); uma Apresentação em Powerpoint sobre as origens, os objectivos, a documentação de suporte e as linhas de orientação do AEIOT.

A Exposição decorreu até ao final do ano 2007. □







**Rui Santos**  
Divisão de Acção Social  
Rede Social de Santo Tirso

## Semana da Acção Social em Santo Tirso

Com cinco dias dedicados ao Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, decorreu em Santo Tirso, de 21 a 25 de Maio de 2007, a Semana de Acção Social, promovida pela Câmara Municipal de Santo Tirso.

Durante esta Semana foram realizadas diversas actividades com idosos e deficientes, que tiveram oportunidade de partilhar experiências conjuntas, visando a destruição de barreiras intergeracionais e a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva.

Os beneficiários de Rendimento Social de Inserção não foram esquecidos, sendo-lhes dada a oportunidade de conhecerem as respostas educativas e de formação profissional, através de uma sessão de informação e divulgação.

O Pavilhão Desportivo Municipal de Santo Tirso encheu para o encerramento da Semana da Acção Social com o espectáculo/feira multicultural "Part. Ilha", caracterizado pela diversidade cultural dos grupos que actuaram. Música popular portuguesa

e venezuelana, dança cigana, dança africana, danças andinas e folclore (representado por um grupo de cidadãos deficientes), foram o mote para uma iniciativa singular em Santo Tirso.

Para abrilhantar a festa foi ainda apresentado um tema musical original, intitulado "Gente", exclusivamente pensado para este espectáculo e dedicado ao Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos. □



# Local and Regional Plans

## Plano Regional de Acção para a Inclusão do Algarve 2007-2009

**Alexandra Amorim**

Núcleo de Estudos e Conhecimento  
Gabinete de Planeamento  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
alexandra.m.amorim@seg-social.pt

A 1ª fase do projecto transnacional "Developing a Methodological Framework for Developing Local and Regional Plans for Social Inclusion - Laps and Raps", parceria estabelecida entre o ISS e a Quartier en Crise, encontra-se concluída.

Neste âmbito, foi elaborada pelos vários parceiros europeus uma estrutura metodológica para o desenvolvimento de Planos Regionais/Locais de Acção para a Inclusão e cada parceiro concebeu um Plano Regional/Local.

No caso português, foi criado em Janeiro de 2006 um Grupo Local no Algarve, constituído por Entidades intersectoriais de âmbito Regional, que aceitaram o desafio de iniciar o processo Regional de Inclusão Social e consequentemente elaborar um Plano Regional de Acção para a Inclusão do Algarve para o período 2007-2009.

Entre os resultados que integram o Plano, destacam-se: a construção de uma Matriz de Indicadores Regionais de Inclusão Social; o processo dos Mini-Fóruns; a definição de uma estratégia e governação Regional; a concepção de medidas; instrumentos regionais; a definição de um sistema de monitorização e avaliação; uma proposta metodológica para o acompanhamento, monitorização e avaliação do processo de inclusão social ao nível regional, articulada com o nível nacional e local.

No decorrer do projecto, os membros do Grupo Local participaram ainda em 4 Peer Reviews e organizaram a que decorreu em Lisboa.

Para aceder às actividades desenvolvidas e resultados alcançados no projecto, consultar os seguintes sites: [www.qec-eran.org/projects/lapsraps\\_PREW.htm](http://www.qec-eran.org/projects/lapsraps_PREW.htm) e [www.pnai.pt](http://www.pnai.pt). O próximo número da Pretextos integrará um artigo sobre um dos temas analisados. □

# Gestão da Qualidade nas CPCJ

## Metodologia de Intervenção e Informatização do Processo de Promoção e Protecção

**Ana Paula Alves**

Unidade de Infância e Juventude  
Departamento de Desenvolvimento Social  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
ana.p.alves@seg-social.pt

A Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco e o Instituto da Segurança Social estão a desenvolver o curso de "Gestão da Qualidade nas CPCJ: Metodologia de Intervenção e Informatização do Processo de Promoção e Protecção", cuja finalidade é de uniformizar metodologias e procedimentos numa lógica de gestão pela qualidade, bem como facilitar a implementação da aplicação informática para os processos de promoção e protecção que estará operacional até ao final do corrente ano.

A metodologia adoptada, tendo em conta o universo de formandos (cerca de 2100), foi a de formação em cascata, com uma 1ª fase de formação de formadores e uma 2ª fase de replicação junto dos membros das CPCJ.

Para a 1ª fase serão envolvidos 80 formandos em 10 acções de formação de formadores, num total de 230 horas de formação (incluindo as Regiões Autónomas). Realizaram-se, entre 18 de Junho e 11 de Julho, 5 das acções de formação previstas.

Para Setembro, prevê-se iniciar a 2ª fase de replicação deste curso, desenvolvendo cerca de 120 acções de formação, envolvendo cerca de 2100 membros das CPCJ (todos os elementos das Comissões Restritas), num total de cerca de 1700 horas. □

# Instituto da Segurança Social participa no II Fórum do IPAI Partilha de Boas Práticas de Auditoria Interna

**Sónia Araújo**

Gabinete de Qualidade e Auditoria  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
sonia.m.araujo@seg-social.pt

Tendo em conta o lema do Institute of Internal Auditors (IIA) sobre Progress Through Sharing (Progresso Através da Partilha), o Instituto Português de Auditoria Interna (IPAI) realizou o II Fórum de Auditoria Interna, subordinado ao tema "Partilha de Boas Práticas de Auditoria Interna", no dia 19 de Junho de 2007, no Hotel Sana, em Lisboa.

Com o objectivo de ser um momento de encontro de dirigentes responsáveis pelas funções e actividades de Auditoria Interna e Controlo Interno, partilharam-se ideias e práticas, tendo em vista o desenvolvimento daquelas actividades, onde participaram mais de 100 técnicos relacionados com esta área.

Em representação do sector privado, estiveram presentes os responsáveis pelos serviços de Auditoria Interna do Grupo Banco Espírito Santo e da Portugal Telecom.

Foi também apresentado o novo programa de avaliação da qualidade da função de auditoria interna pela empresa KPMG, com vista à preparação destas funções para a conformidade com os standards internacionais do IIA.

Em representação do sector público, esteve o anterior Director do ex-Gabinete de Auditoria Interna Guilherme Bordeira, do Instituto da Segurança Social (ISS).

A intervenção do representante do ISS centrou-se na apresentação das actividades no âmbito da Auditoria e Controlo Internos neste Instituto, identificando a natureza das acções pró-activas e reactivas, desenvolvidas desde 2003 até 2006, correlacionadas com os meios humanos envolvidos e a formação específica adquirida pelos auditores internos, dando assim o seu contributo para a partilha de experiências pretendida neste II Fórum de Auditoria Interna, na perspectiva do sector público. □

## Assinatura da **Revista Pretextos**

Caro(a) Leitor(a),

Se pretende ser assinante da Revista Pretextos envie-nos o seu pedido para:

**Redacção da Revista Pretextos**

**Rua Rosa Araújo, nº 43**

**1250-194 Lisboa**

**Fax: 21 310 20 95**

**E-mail: m.joao.quedas@seg-social.pt**

Passará a recebê-la, gratuitamente, na morada que nos indicar, já a partir do próximo número!

**Boas leituras!**

Revista disponível para download em  
**[www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)**



# ECOS

## Conferência “ Por um desenvolvimento global e solidário - um compromisso de cidadania ”

A Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP) organizou no passado mês de Maio de 2007, dias 25 e 26, no auditório do Colégio S. João de Brito, em Lisboa, uma Conferência sob o tema “Por um desenvolvimento global e solidário – um compromisso de cidadania ” que teve como objectivo uma ampla reflexão e discussão sobre a erradicação da pobreza em Portugal e no Mundo.

A sessão de abertura contou com as intervenções da Dra. Manuela Silva, Presidente da CNJP, do Dr. Silva Lopes, Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral e ainda de Pierre Sané, subdirector da UNESCO, que abordou o tema “Desenvolvimento global e solidário: que lugar para a cidadania ”.

Seguiram-se os painéis: “Desenvolver sem excluir – uma opção de cidadania ”, “ Erradicar a pobreza em Portugal – um compromisso nacional ” e “ Reduzir a pobreza no Mundo – tarefa possível e inadiável ”.

A CNJP organizou ainda duas iniciativas no âmbito desta Conferência: a preceder o início dos trabalhos decorreu um fórum de jovens com o manifesto objectivo de os sensibilizar para esta problemática e, paralelamente à conferência, teve lugar uma exposição, através de uma mostra das actividades de várias instituições.

O Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) convidado para a Conferência, esteve presente nesta exposição, com a finalidade de divulgar a sua actividade e sensibilizar para a prática do voluntariado.

**Núcleo de Apoio Técnico**  
ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado  
CNVP@seg-social.pt

## Confederação Portuguesa do Voluntariado

Foi formalmente constituída a Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV) por escritura pública no dia 19 de Janeiro de 2007, publicada em Diário da República, II Série, anúncio (extracto) n.º 3171.

A Confederação tem como finalidade representar os voluntários de Portugal e as respectivas organizações, quaisquer que sejam os seus domínios de actividade e contribuir para a defesa dos respectivos direitos e interesses, através do exercício das actividades.

A CPV tem igualmente como objectivos específicos:

- Representar os voluntários de Portugal;
- Preservar e actualizar a identidade do voluntariado;
- Cooperar com as organizações federadas;
- Actuar na cooperação entre as organizações de voluntariado e entre estas e outras entidades;
- Intensificar o papel do voluntariado na sociedade portuguesa.

A CPV, cuja sede é em Lisboa, na Praça Pasteur nº 11 - 2 Esq. (sede provisória), têm âmbito nacional e durará por tempo indeterminado.

**Núcleo de Apoio Técnico**  
ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado  
CNVP@seg-social.pt

## Peer Review no âmbito da Inclusão Social, em Malta, em 12 e 13 de Junho de 2007

Com vista à análise do Projecto maltês - ACCESS: Cottonera Community Resource Centre – foi realizada uma reunião de trabalho com os Estados – Membros do Chipre, Irlanda, Hungria, Lituânia, Portugal, Suécia e Reino Unido, sendo que cada um foi convidado a apresentar uma apreciação geral do projecto e sobre as possibilidades de transferibilidade da metodologia para o respectivo país.

Este Projecto, localizado na região de Cottonera, oferece várias respostas no mesmo espaço físico: Creche, Serviço de Segurança Social, Centro de Emprego e Formação Profissional e Serviço de Intervenção Familiar.

(<http://www.peer-review-social-inclusion.net/>)

**Sandra Alves**  
Unidade de Infância e Juventude  
Departamento de Desenvolvimento Social  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
sandra.n.alves@seg-social.pt

## **"Perspectivas e Debates em torno de Planos para a Inclusão Social de âmbito Nacional, Supra-Concelhio e Concelhio"**

Realizou-se, no passado dia 4 de Julho de 2007, no Auditório do Centro Distrital de Faro, o Workshop subordinado ao tema "Perspectivas e Debates em torno de Planos para a Inclusão Social de âmbito Nacional, Supra-Concelhio e Concelhio". Este evento potenciou as actividades de dois projectos trans-nacionais nos quais o Instituto da Segurança Social (ISS) é parceiro – "Isto Inclui-me: da Participação à Inclusão" e "Developing a Methodological Framework for Developing Local and Regional Plans for Social Inclusion – LAP's & RAP'S" - e contou na sessão de abertura com a participação do Presidente do Conselho Directivo do ISS, Edmundo Martinho, da Professora Fernanda Rodrigues, Coordenadora do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008, da Governadora Civil de Faro, Isilda Gomes, do Director do Centro Distrital de Faro do ISS, Jorge Botelho.

O principal objectivo deste evento foi o de promover a informação, sensibilização e debate descentralizados em torno da Estratégia de Combate à Pobreza e à Exclusão Social e respectivos instrumentos que a corporizam (Planos, Políticas e Medidas) entre dirigentes e técnicos de entidades/instituições com intervenção relevante nesta área, na Região Algarvia. Objectivo contextualizado numa proposta mais vasta, que terá como pano de fundo uma campanha de sensibilização e informação, de âmbito nacional, sobre a pobreza e a exclusão social a promover pelo projecto "Isto Inclui-me: da participação à inclusão". O Workshop permitiu simultaneamente proceder à disseminação dos resultados do projecto "LAP's & RAP'S", através da apresentação do "Plano de Acção para a Inclusão da Região do Algarve".

Mais informações relativas a este evento estão disponíveis quer no site do PNAI – [www.pnai.pt](http://www.pnai.pt) quer no site do projecto "Isto Inclui-me: da participação à inclusão" ainda em construção.

**Alda Gonçalves**  
Área de Investigação e Conhecimento  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
[alda.m.goncalves@seg-social.pt](mailto:alda.m.goncalves@seg-social.pt)

## **Assinatura do Protocolo de Cooperação no âmbito da Formação Parental**

No dia 9 de Julho de 2007, decorreu no Auditório do Instituto da Segurança Social (ISS), o acto solene de assinatura do Protocolo de Cooperação entre a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, o Instituto da Segurança Social, a Direcção Geral da Segurança Social, a Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, o Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e a Escola Superior de Educação

do Instituto Politécnico do Porto, presidido pela Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, que, perante os convidados presentes, procedeu à sua homologação.

Este Protocolo de Cooperação surge na sequência da Regulamentação das Medidas de Promoção e Protecção em Meio Natural de Vida (Lei de Promoção e Protecção, aprovada pela Lei 147/99, de 1 de Setembro), designadamente as medidas de "Apoio junto dos pais" (art. 39º) e "Apoio junto de outro familiar" (art. 40º), que incorporam a possibilidade de "os pais ou os familiares a quem a criança ou jovem sejam entregues possam beneficiar de um programa de formação, visando o melhor exercício das funções parentais" – medida de Educação Parental (art. 41º, nº 1). Com vista à mais adequada formulação do Regulamento do qual deve constar o conteúdo e duração dos respectivos programas (art. 41º, nº2), iniciou-se um processo de diálogo e cooperação que o protocolo corporiza. Pretende-se a concepção, operacionalização e avaliação de projectos – piloto de qualidade que potenciem a generalização da possibilidade de recurso, em favor das crianças e das famílias, deste instrumento promotor do desenvolvimento de uma parentalidade positiva.

**Maria do Céu Costa**

Grupo de Trabalho do Projecto-Piloto da Formação Parental da CNPCJR  
Gabinete Técnico de Apoio à Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco  
[ceu.r.costa@seg-social.pt](mailto:ceu.r.costa@seg-social.pt)

## **Correio do leitor**

Caro(a) Leitor(a),

A Redacção da Revista Pretextos recebe diariamente testemunhos dos leitores da Revista sobre a apreciação que dela fazem e da utilidade enquanto instrumento de apoio à actividade profissional, sobretudo manifestada por técnicos das áreas sociais. Criámos este espaço para si, leitor da Revista Pretextos, para que nos escreva e nos fale sobre a Pretextos. Quem sabe se no próximo nº não divulgaremos o seu testemunho!

Pode enviar os seus contributos para a Redacção da Revista:

Rua Rosa Araújo, nº 43  
1250-194 Lisboa  
Fax.: 21 310 20 95  
E-mail: [m.joao.quedas@seg-social.pt](mailto:m.joao.quedas@seg-social.pt)

# Sites

## Solidariedade entre Gerações

**Alexandra César**  
Centro de Recursos em Conhecimento  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
alexandra.m.cesar@seg-social.pt



**Centre for Intergenerational Practice (Reino Unido)**  
<http://www.centrefiop.org.uk>



**Generations Incorporated (EUA)**  
<http://www.generationsinc.org>



**Réseau Courants d'Âges Intergénérationnel (Bélgica)**  
<http://www.courantdages.be>



**Accordages Intergénération (França)**  
[http://www.accordages-intergeneration.com/\\_v4/](http://www.accordages-intergeneration.com/_v4/)



**Generations - Social Network (Suíça)**  
<http://www.intergeneration.ch>



**ESDES Services Intergénération (França)**  
<http://www.logementintergeneration.org>



**ESDES - Services Intergénération (França)**  
<http://www.esdes-intergenerations.net>



**Generations United**  
<http://www.gu.org>



**EGPE - École des Grands Parents Européens (França)**  
<http://www.egpe.org>



**Center for Intergenerational Learning - Temple University (EUA)**  
<http://www.templecil.org>



# Bibliografia Temática

## Violência Doméstica

**Alexandra César**  
Centro de Recursos em Conhecimento  
Instituto da Segurança Social, I.P.  
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

ALVES, Cláudia – *Violência doméstica*. Coimbra : [s.n.], 2005. 24 p. ; 31 cm.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - *Relatório Penélope sobre violência doméstica no sul da Europa*. [Lisboa] : APAV, [2004]. 93 p. ; 30 cm. ISBN 972-8852-00-2.

BATANETE, Diana Horta Oliveira – *Violência doméstica*. Coimbra : [s.n.], 2005. 29 p. ; 31 cm.

COTTRELL, Barbara ; MONK, Peter - «Adolescent-to-parent abuse». *Journal of Family Issues*. - London : Instituto da Segurança Social, I.P. ISSN 0192-513X. – Vol. 25, n.º 8 (Nov. 2004), p. 1072-1095.

CASIMIRO, Cláudia - «Representações sociais de violência conjugal». *Análise Social*. - Lisboa. - ISSN 0003-2573. - Vol. XXXVII, N.º 163 (Verão 2002), p. 603-630.

CARMO, Isabel do ; VICENTE, Luísa Branco ; NÓVOA, António - *Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres : síntese dos resultados do inquérito nacional de 2002*. Lisboa : Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2003. 98 p. ; 21 cm. (Ditos e escritos ; 17). ISBN 972-597-254-6.

COSTA, Dália Maria de Sousa Gonçalves da - *Percepção social de mulher vítima de violência conjugal : estudo exploratório realizado no concelho de Lisboa*. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005. 423 p. : il. ; 24 cm. ISBN 972-8726-58-9

DANZIGER, Claudie, ed. lit. - *Violência das famílias : mal de amor*. Lisboa : Climepsi, 2002. 160 p. ; 23 cm. (Confrontações). ISBN 972-796-010-3.

*Do crime de maus tratos*. [ed. lit.] Associação Portuguesa de Mulheres Juristas. Lisboa : APMJ, D.L. 2001. 75 p. ; 21 cm. (Cadernos hipátia ; 1).

ESTEVES, Sofia - «Violência subtil». *Cadernos de educação de infância*. - Lisboa. - N.º 78 (Mai./Ago. 2006), p. 45.

GRAÇA, Cláudia ; LAVADINHO, Conceição ; CRUZ, Matilde Meira e - «Violência parental/familiar». *Infância e Juventude*. - Lisboa. - ISSN 0870-6565. - N.º 3 (Julho-Setembro 2002), p. 95-107.

JASPARD, Maryse [et al] - «Reproduction ou résilience : les situations vécues dans l'enfance ont-elles une incidence sur les violences subies par les femmes à l'âge adulte?». *Revue Française des Affaires Sociales*. - Paris. - ISSN 00352985. - 57e année, N.º 3 (Juillet-Septembre 2003), p. 159-190.

JIMÉNEZ, P. - Algunos aspectos legales sobre el maltrato a las personas mayores . *Revista española de Geriatria y Gerontología*. - Madrid. - ISSN 0211-139X. - Vol. 38, n.º 1 (Enero-Febrero 2003), p. 46-53.

LISBOA, Manuel ; BARROSO, Zélia ; MARTELEIRA, Joana - *O contexto social da violência contra as mulheres detectada nos Institutos de Medicina Legal : síntese dos resultados obtidos nos Institutos de Medicina legal de Coimbra e Porto 2000*. Lisboa : Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2003. 32 p. ; 21 cm. (Ditos e escritos ; 16). ISBN 972-597-250-3.

ONU. Committee on the Elimination of Discrimination against Women - *Consideration of reports of states parties : Portugal : fourth and fifth periodic reports*. New York : United Nations Organization. Committee on the Elimination of Discrimination against Women, 2002. 1 vol., pág. vár. ; 30 cm.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros, ed. lit. - *Contra a violência doméstica : o caminho percorrido (2002-2005)*. [Lisboa] : ULHT : PCM, 2005. 175 p. : il. ; 24 cm. ISBN 972-8811-04-7.

PORTUGAL. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres - *Violência contra as mulheres na família*. 7ª ed., rev. e actualizada. Lisboa : CIDM, 2003. 23 p. ; 21 cm. (Informar as mulheres ; 9) . ISBN 972-597-253-8.

# Bibliografia Temática

PORTUGAL. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres - *II plano nacional contra a violência doméstica* : 2003-2006. Lisboa : CIDM, 2003. 55 p. ; 21 cm. Resolução aprovada em Conselho de Ministros a 13 de Maio de 2003. ISBN 972-597-251-1.

PORTUGAL. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres - *Urgências, saúde e violência doméstica : uma questão de vida ou de morte*. Lisboa : CIDM, 2002. 14 p. ; 21 cm. (Informar as mulheres ; 21). ISBN 972-597-245-7.

PORTUGAL. Direcção-Geral da Saúde - *Estratégias de combate à violência doméstica : manual de recursos*. - Lisboa : Direcção-Geral da Saúde, 2003. 130 p. ISBN 972-675-098-9.

URL: <http://www.dgsaude.pt/upload/membro.id/ficheiros/i006141.pdf>

ROTHMAN, Emily F ; BUTCHART, Alexander ; CERDÁ, Magdalena - *Intervening with perpetrators of intimate partner violence* [ Texto policopiado ] : *a global perspective*. Geneva : World Health Organization, cop. 2003. IV, 40 p. ; 30 cm. ISBN

92-4-159049.

URL:[http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/resources/publications/en/intervening\\_full.pdf](http://www.who.int/violence_injury_prevention/resources/publications/en/intervening_full.pdf)

SCHRAIBER, Lilia Blima ; OLIVEIRA, Ana Flávia P. L. de - *O que devem saber os profissionais de saúde para promover os direitos e a saúde das mulheres em situação de violência doméstica*. 2ª ed. [S.l.] : Departamento de Medicina Preventiva, 2003. 37 p. ; 31 cm.

SIMONIN, Mathieu - «L'école comme lieu de prévention de la violence conjugale». *Questions Familiales*. - Berne. - N° 1 (2005), p. 67-69.

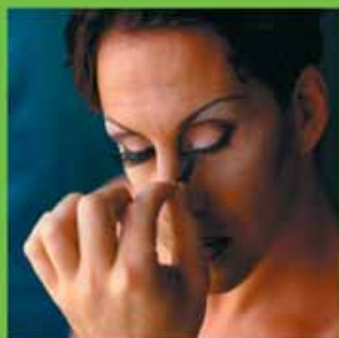
UMAR - UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA - *Bem me quer, mal me quer : um olhar sobre a intervenção com mulheres vítimas de maus tratos*. Monte da Caparica : UMAR, [2004?]. 56 p. ; 15 cm.

*Violência e vítimas de crimes*. Coimbra : Quarteto, 2002- . . vol. ; 23 cm. (Psicologia clínica e psiquiatria ; 12). 1º vol.: Adultos. - 360 p.. ISBN 972-8717-20-2.

# **pensar a igualdade valorizar a diversidade**



**2007 - Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos**



**PLANO  
NACIONAL  
DE ACÇÃO**

<http://equality2007.europa.eu>

[www.igualdades2007.com.pt](http://www.igualdades2007.com.pt)





SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.